



CRITICAL REVIEW

Richard Bradley, *Insularity and Identity. Prehistoric Britain and the Archaeology of Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024. Pp. 90. ISBN 978-1-009-55782-5.

Rui Guilherme Silva

Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, Portugal
Universidade da Madeira, Portugal
<https://orcid.org/0000-0003-0386-6750>

O livro *Insularity and Identity. Prehistoric Britain and the Archaeology of Europe*, de Richard Bradley, investigador associado da Escola de Arqueologia da Universidade de Oxford, é uma publicação da série A Arqueologia da Europa, da Cambridge Elements, dirigida por Manuel Fernández-Götz e Bettina Arnold, dedicada a trabalhos originais de síntese, sobre tópicos abrangentes, realizados por especialistas e dirigidos sobretudo a estudantes e investigadores universitários. A matéria cultural e identitária deste livro, servida por dados interdisciplinares, está presente, na mesma série, no trabalho de A. Bernard Knapp, *Migration Myths and the End of the Bronze Age in the Eastern Mediterranean* (2021), atento às experiências de miscigenação e mudança cultural decorrentes das migrações étnicas, bem como no volume de Kristian Kristiansen, *Archaeology and the Genetic Revolution in European Prehistory* (2022), especialmente interessado nas relações teóricas entre as categorias da migração, da etnia e da cultura. Já a particular feição comparatista de *Insularity and Identity* é partilhada pelo trabalho de Bisserka Gaydarska e John Chapman, *Megasites in Prehistoric Europe: Where Strangers and Kinsfolk Met* (2022), que coteja lugares de diferentes escalas em cada grande período da pré-história, bem como pelo primeiro volume da série, do mesmo Richard Bradley, *A Comparative Study of Rock Art in Later Prehistoric Europe* (2020), que inclui a Península Ibérica nos espaços investigados.

Estas anotações preliminares podem permitir, como veremos, uma aproximação entre os métodos e as ambições da arqueologia contemporânea e o campo emergente dos estudos insulares ou arquipelágicos, ainda em processo de legitimação e afirmação epistemológica. Mas as referências aos temas da migração e do nomadismo, da etnia e da miscigenação, das trocas culturais e artísticas, situam também o volume *Insularity and*

* **CONTACT** Rui Guilherme Silva Email: rui.g.silva@staff.uma.pt

© 2026 The Author(s). Published by *Commentarium: Journal of Humanities Studies*. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives License (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits non-commercial re-use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited, and is not altered, transformed, or built upon in any way. The terms on which this article has been published allow the posting of the Accepted Manuscript in a repository by the author(s) or with their consent.

Indentity no seu propósito de intervenção no debate político contemporâneo: é este escopo que justifica a inusitada referência preliminar do autor às eleições legislativas de 2024 no Reino Unido e na França. Mas o que têm estes acontecimentos que ver com a arqueologia pré-histórica da Grã-Bretanha? É que, além de serem antigos os assuntos em discussão — i.e., a integração das comunidades imigrantes, as soberanias nacionais no quadro da UE ou o estatuto político da Escócia e do País de Gales —, diz-nos Richard Bradley que as suas formulações não apenas desprezam as lições da atual arqueologia da pré-história da Europa, como influenciaram desde sempre os relatos e as práticas desta disciplina.

O livro de Richard Bradley divide-se em cinco capítulos: “1. Quase a fronteira mais remota da Terra”, “2. Isolamento e inclusão (4000–2500 a. C.)”, “3. Longe e perto (2500–1200 a. C.)”, “4. Questões de tempo e espaço (1200–54 a. C.)” e “5. Conclusões — O mundo conhecido”. O primeiro e o último capítulos, que ponderam as relações sociais, políticas e culturais entre a Grã-Bretanha, a Irlanda e o Noroeste da Europa, incluindo a troca de saberes arqueológicos entre estes espaços, enquadram teoricamente os dados analisados nos três capítulos centrais, organizados numa perspetiva diacrónica que termina com as expedições de Júlio César na Britânia.

O primeiro capítulo começa por definir os três grandes conceitos operativos deste estudo: a *insularidade*, com escala geográfica, cultural e anímica; a *identidade*, que promove o fechamento ou a abertura ao mundo; e a *pré-história*, que circunscreve aos objetos materiais o conhecimento e a compreensão do passado. As representações da Grã-Bretanha em Estrabão, inóspita e um tanto bárbara, e depois em Gildas, autossuficiente e protegida pela natureza, partilham a condição remota e a identidade insular particular que a arqueologia pré-histórica do século XX intenta corroborar. Assim se supôs, por exemplo, que a construção de Stonehenge seguiria modelos continentais anteriores, hipótese entretanto contraditada pela datação por radiocarbono.

Richard Bradley explica que a arqueologia funcionalista, de matriz anglófona, enfatizou o papel da adaptação na explicação das mudanças sociais, secundando o papel das migrações; também este movimento contribuiu, portanto, para o insulamento epistémico e identitário da Grã-Bretanha. Atualmente, o estudo de isótopos estáveis ou de ADN antigo, bem como a datação de radiocarbono, corroboram a relevância do povoamento por populações oriundas do Continente europeu e atestam as práticas de itinerância e de migração de indivíduos e populações na Grã-Bretanha pré-histórica. As novas perspetivas sobre a construção e a mudança identitária propostas por Richard Bradley consideram a relação das diferentes regiões da Grã-Bretanha com os vizinhos próximos (que vão da Irlanda até à Península Ibérica, por exemplo) e questionam a ideia de unidade geográfica desta ilha (apenas circum-navegada no século IV a. C.), pelo menos até à invenção romana da Britânia. A revisão da literatura proposta por este livro vai exigir,

portanto, o (re)conhecimento do que separa as diferentes regiões desta ilha e do que a une à Irlanda e à Europa continental.

Às circunstâncias desta recensão — especialmente interessada no contributo deste livro para a crítica das identidades insulares e das suas epistemologias —, bastará assinalar os tópicos dos seus capítulos centrais. Assim, a segunda parte da obra, “Isolamento e inclusão (4000–2500 a. C.)”, começa por descrever as primeiras povoações agrícolas, assinala a relevância das novas técnicas metalúrgicas e da cerâmica (e.g., do vaso campaniforme) e considera a construção de monumentos notáveis (e.g., Stonehenge). O terceiro capítulo, “Longe e perto (2500–1200 a. C.)”, assinala a emergência de novos ritos funerários ou a partilha de metais entre a Grã-Bretanha e o Noroeste europeu, implicando mudanças de padrões de povoamento em diferentes regiões daquela ilha. Já a quarta secção, “Questões de tempo e espaço (1200–54 a. C.)”, dá conta da expansão do comércio de longa distância e dos novos consumos nele envolvidos, permitindo observar a progressiva frequência e relevância dos contactos estabelecidos entre as regiões em estudo.

O quinto capítulo, “Conclusões — O mundo conhecido”, parte de duas citações de *A Guerra das Gálias*, de Júlio César, em que Richard Bradley reconhece uma associação prototípica entre insularidade e identidade. A diferença civilizacional decorrente da presença belga na região de Kent implica, porém, a convivência de diferentes territórios culturais na mesma Grã-Bretanha; entretanto, a distribuição de idênticos nomes tribais pelas duas grandes Ilhas Britânicas e pelos territórios belgas do Continente, já assinalada por John Collis, vem sublinhar a relevância do trânsito pelo Canal da Mancha e pelo Mar da Irlanda. Esta constatação envolve um dos constituintes fundamentais do composto identitário em que a modernidade sustentará a ideia de nação cultural: trata-se da questão da origem e da expansão da língua celta. Richard Bradley admite o recuo do seu uso generalizado à Idade do Bronze, quando a partilha de versões da mesma língua pode ter gerado uma percepção de identidade comum entre os habitantes da Grã-Bretanha e de algumas regiões do Continente; trata-se, aliás, de uma suspeita que encontra respaldo nos mais recentes estudos genéticos da população pré-histórica da Grã-Bretanha.

Outra conclusão importante tem que ver com a descrição desta ilha em Estrabão, onde assume a forma de um triângulo, com três vias marítimas distintas ligando-a ao Continente e à Irlanda. Ora, a ideia de unidade da Grã-Bretanha deve ser confrontada com a constatação das diferentes fases de desenvolvimento quer das zonas do interior ou do litoral da ilha, quer, entre estas, das três regiões servidas por cada uma daquelas vias marítimas, também elas sujeitas a períodos de maior ou menor atividade, quando não de inatividade. Por outro lado, as relações da Grã-Bretanha com o Continente excedem por vezes o âmbito da vizinhança para se entenderem a longas distâncias, como testemunham, por exemplo, os objetos funerários da planície de Salisbury, alguns oriundos do Noroeste de França, da Europa Central ou até do Mar Egeu. Já quanto às perspectivas locais, Richard



Bradley assinala que o isolamento relativo da Grã-Bretanha seria afinal comum ao Noroeste da Europa, que se manteve à margem dos principais desenvolvimentos verificados em outras regiões deste continente, como é notório nos casos das habitações maciças da Idade do Bronze ou dos grandes povoados fortificados da Idade do Ferro.

O último postulado de Richard Bradley afirma que, numa escala alargada, a distinção entre a Grã-Bretanha e a Europa Continental — um dos eixos das narrativas políticas identitárias atuantes no Brexit, por exemplo — constitui na verdade um obstáculo à investigação arqueológica da pré-história destas duas regiões. Ora, esta declaração interessa especialmente aos investigadores empenhados na legitimação epistemológica de uma ciência das ilhas ou dos arquipélagos. Os seus estudos precisam de sair dos impasses próprios dos testemunhos impressionistas, numa espécie de deliquescência da abordagem psicológica de Abraham A. Moles (1982), como precisam de escapar aos sistemas assentes em construtos dialéticos simples, como esse que em Édouard Glissant (2005) opõe o pensamento arquipelágico ao pensamento continental. Neste sentido, o livro *Insularity and Identity. Prehistoric Britain and the Archaeology of Europe*, de Richard Bradley, demonstra a necessidade de os estudos insulares e arquipelágicos levarem a sério a sua vocação “multidimensional”, conforme Grant McCall (1994), investindo numa rigorosa *revisão crítica e criteriosa da literatura em várias disciplinas*, conforme Godfrey Baldacchino (2003). Se este diagnóstico estiver correto, então uma dessas disciplinas — no caso, a arqueologia pré-histórica — encontrou o seu exercício paradigmático neste livro de Richard Bradley.